Processo nº 3536703.415.00018354/2026-36

CONTRATO Nº 107/2026

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Pederneiras/SP e a empresa Galhardo & Canales Ltda EPP, adotando-se o regime da Lei nº 14.133/2021.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, as partes abaixo assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS**, entidade jurídica de direito público interno, com sede à Rua Siqueira Campos, nº S-64, Centro, CEP 17280-065, inscrito no CNPJ sob nº 46xxxxxxxxxx9, neste ato representado por **JONILCE PRANAS,** brasileiro, divorciado, Prefeito (em exercício), portador do RG nº 6xxxxxxxxx e inscrito no CPF/MF sob nº 6xxxxxxxxx4, residente e domiciliado nesta cidade de Pederneiras/SP, aqui denominado simplesmente Contratante, e, de outro lado, a empresa **GALHARDO & CANALES LTDA EPP**, com sede à Av. Frederico Ozanan, nº 58, fundos, Centro, CEP 17.255-082, na cidade de Bariri/SP, inscrita no CNPJ sob nº 2xxxxxxxxxx4, representada neste ato por seu sócio-administrador, o senhor **CARLOS FELIPE FRANCISQUINI CANALES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 3xxxxxxxxxSP e inscrito no CPF/MF sob nº 3xxxxxxxxx, residente e domiciliada à Av. Dário Foloni, nº 369, Vila Americana, CEP 17.258-000, na cidade de Bariri/SP, aqui denominado simplesmente Contratada, têm entre si justo e contratado o que segue:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de contratação direta, inclusive a proposta apresentada pela Contratada, cujo teor é de pleno conhecimento das partes.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços odontológicos para a realização de Mutirão de Próteses Dentárias, compreendendo a execução de todas as etapas necessárias à reabilitação oral dos pacientes, incluindo avaliação clínica, moldagem, confecção, provas, ajustes, instalação e entrega de 150 (cento e cinquenta) próteses totais (dentaduras), conforme indicações contidas no Anexo 1 - Termo de Referência deste processo.

2.1 - Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, com o fornecimento da mão-de-obra necessária, encargos sociais, hospedagem, equipamentos, veículos, transporte, translado, ferramentas, seguros, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

2.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecidono art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Cláusula terceira. O objeto será executado de acordo com as condições contidas no processo em epígrafe e na proposta apresentada pela Contratada, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

3.1 - Os elementos sob a responsabilidade da Contratada são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao Contratante.

3.2 - A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo Contratante.

3.3 - A Contratada só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial a regular execução do objeto se, após análise do Contratante, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à Contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados.

3.4 - A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.
3.5 - A Contratada deverá respeitar integralmente as demais indicações estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência deste processo.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio de funcionário(s) especialmente designado(s) para tal função, nomeado(s) através de ato próprio pelo setor requisitante, nos moldes do disposto no Decreto Municipal nº 5.762/2025.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do Contratante:
5.1 - Permitir, aos empregados da Contratada, acesso às suas dependências para execução dos serviços, desde que devidamente identificados;
5.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela Contratada, incluindo o fornecimento de toda a documentação pertinente;
5.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
5.4 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços e verificar sempre seu bom desempenho;
5.5 - Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos;
5.6 - Designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da Contratada, além das previstas no Anexo 1 – Termo de Referência:
6.1 - Executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato e seus anexos;
6.2 - Refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito pela fiscalização;
6.3 - Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes ao objeto contratual, incluindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle, além das normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho;
6.4 - Facilitar todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Contratante, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
6.5 - Respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
6.6 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do Contratante;
6.7 - Comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos decorrentes da realização do objeto, causados ao Contratante ou a terceiros;
6.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo e na legislação pertinente.
6.9 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. Os recursos orçamentários para o presente contrato são os previstos nas fichas nº 399 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, do 02.13.01 – Diretoria de Atenção Básica.

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O Contratante compromete-se a pagar à Contratada a importância fixa e irreajustável de R$ 200,00 (duzentos reais) por prótese devidamente finalizada, resultando no valor total estimado de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
8.1 - Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da emissão das notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização do Contratante. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues à Prefeitura Municipal no último dia útil do mês referente aos serviços prestados, para que o pagamento ocorra na data acima aprazada.
8.1.1 - Do valor acima serão efetuadas as retenções de ISS, INSS e IR, na forma da legislação vigente.

8.1.2 - Quando da realização do primeiro pagamento, a Contratada deverá apresentar, **caso seja necessário**, cópias dos registros em CTPS de todo o pessoal contratado.
8.1.3 - Por ocasião da apresentação das notas fiscais/faturas ao Contratante, a Contratada deverá juntar, **caso seja necessário**, cópias das provas de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como a Folha de Pagamento com os comprovantes de crédito em favor de todo o pessoal alocado nos serviços.
8.2 - Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão ser observadas as regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 5.328/2023, inclusive quanto ao correto destaque do valor do imposto de renda a ser retido. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.
8.3 - Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.
8.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da Contratada, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPC-Fipe, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data da proposta.
9.1 - Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela Contratada antes:
a) do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
b) da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
c) do encerramento do contrato.
9.2 - O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da Contratada, da documentação que comprove a origem do novo preço.
9.3 - Os valores também poderão ser repactuados quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente, tal como pactuado.
9.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento ao Contratante, durante a vigência do contrato, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.
9.5 - A repactuação retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado.
9.6 - Os valores também poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços ora ajustados.
9.7 - Na hipótese do parágrafo anterior, a alteração dos preços retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.
9.8 - O Contratante informará o resultado da análise do pedido de repactuação ou de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos preços no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado do protocolo do pedido.
9.9 - Conforme Orientação Normativa nº 16, expedida pela Procuradoria Geral do Município de Pederneiras/SP, os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados de acordo com as seguintes premissas:
a) Consideram-se eventos ou fatos supervenientes, para fins de configuração das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, aqueles que ocorrem após a formulação da proposta;
b) Não se considera evento ou fato superveniente o aumento de preços constatado após a formulação da proposta, mas que decorre de evento anterior a ela e que poderia ter sido previsto;
c) A existência de matérias jornalísticas antecipando o aumento de preços obsta a caracterização das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, salvo quando a intensidade do desequilíbrio não pôde, ao tempo da formulação da proposta, ser precisada;

d) Só se admite o reequilíbrio econômico-financeiro em razão de fatos anteriores à formulação da proposta quando, à época, dele não se conhecia nem poderia se conhecer (teoria da sujeição imprevista).
e) Em regra, o aumento de preços que permite o reequilíbrio econômico-financeiro é aquele que afeta o mercado em sua integralidade;
f) O aumento de custos do contratado, quando não afetado o mercado, só justificará o reequilíbrio econômico-financeiro quando o contratado comprovar a impossibilidade de contornar esse aumento de custos;
g) O reequilíbrio econômico-financeiro só deve retroagir à data do requerimento se comprovada a elevação dos custos em relação aos serviços executados e aos produtos fornecidos ao tempo da sua formalização.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima. Comete infração administrativa a Contratada que, no decorrer da contratação:
10.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
10.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do acordo;
10.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do acordo;
10.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
10.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.13 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nesta cláusula ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Pederneiras/SP pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 3 (três) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar/contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.14 - Nos casos de atraso na execução de serviço ou na entrega de produtos a Contratada estará sujeita a multa de mora, de 1% (um por cento) ao dia de atraso até o limite de 30% do valor do contrato ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
10.15 - A multa moratória não se confunde com a multa sancionatória nem exclui o direito da Administração à indenização por perdas e danos.
10.16 - Considerar-se-á inadimplemento absoluto a mora superior a 30 (trinta) dias, e, no trigésimo primeiro dia, instaurar-se-á processo administrativo para rescisão do contrato.
10.17 - A mora inferior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar inadimplemento absoluto, a depender das circunstâncias do caso concreto e a critério da Administração, observado o interesse público.
10.18 - Estará sujeita à sanção de advertência a Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, desde que a conduta não justifique imposição de sanção mais grave.
10.19 - Para aplicação de sanção mais grave, considerar-se-ão circunstâncias agravantes, sem prejuízo daquelas identificadas no caso concreto:
a) O inadimplemento por mais de 15 (quinze) dias; e
b) O inadimplemento em relação a parte maior que a metade do objeto.
10.20 - A sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no caput desta cláusula, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação ou do valor do contrato ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
10.21 - A sanção de multa será de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou do documento que faça suas vezes, conforme o caso, quando aplicada em conjunto com a sanção de advertência.

b) 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do valor do contrato ou do documento similar, conforme o caso, por infração a quaisquer das cláusulas do Edital ou do Contrato, incluindo os casos de inexecução parcial e entrega ou execução do objeto fora do prazo.
c) 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) quando caracterizadas as infrações previstas nos itens 10.3 e 10.12 do caput desta cláusula, e nas hipóteses de rescisão do Contrato por culpa da contratada..
10.22 - As multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
10.23 - Estará sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Pederneiras/SP a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.2 a 10.7 desta cláusula.
10.24 - Estará sujeita à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.8 a 10.12, desta cláusula.
10.25 - A aplicação de qualquer das sanções previstas se realizará em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no Título IV, Capítulo I, da NLLC, nos termos do Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025.
10.26 - Havendo dúvida sobre a dimensão, qualidade ou quantidade da execução do objeto poderá ser suspendido o pagamento relativo à parte controversa, inclusive se integral.
10.27 - Aplicada a multa, o respectivo valor será descontado de quaisquer pagamentos devidos à Contratada no âmbito deste Município, ainda que relativos a contratações diversas.
10.28 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa e judicialmente.
10.29 - Caso inexistentes créditos junto à Administração Municipal, as multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.30 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
10.31 - As demais disposições atinentes às infrações e sanções administrativas e ao procedimento para apuração e aplicação delas estão previstas no Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025, de cujo conhecimento a Contratada não pode se escusar, e que está disponível para leitura no link https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sp/pederneiras.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
11.2 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
11.3 - O descumprimento, por parte da Contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao Contratante o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
11.4 - A extinção por ato unilateral do Contratante sujeitará a Contratada à multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.
11.5 - Caso o valor do prejuízo do Contratante advindo da extinção contratual por culpa da Contratada exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.
11.6 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo.

DOS PRAZOS

Cláusula décima segunda. Este contrato terá os seguintes prazos:
12.1 - de vigência: 03 (três) meses, a contar da assinatura deste instrumento; e
12.2 - de execução: 01 (um) mês, conforme cronograma definido pelo Contratante.
Parágrafo único. Os prazos acima poderão ser prorrogados apenas no caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato. Não se prorrogará o prazo de vigência em razão de eventos inseridos nos riscos habituais da atividade empresarial (álea empresarial ou ordinária) ou em caso de culpa da Contratada. Outros prazos eventualmente relacionados à execução do objeto estarão previstos nos autos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula décima terceira. O presente contrato é firmado com fundamento no disposto no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, está vinculado à recém-mencionada lei, ao Decreto Municipal nº 5.762/2025, à proposta da Contratada e será regido pelas disposições expressas nesta lei e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
13.1 - Declaram as partes expresso consentimento de que serão coletados, tratados e compartilhados os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, seja os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. V da LGPD, sendo que outros dados poderão ser coletados, mediante termo de consentimento específico.

DA MATRIZ DE RISCO

Cláusula décima quarta. A Contratada deverá arcar com os seguintes riscos habitualmente inerentes à atividade econômica ou empresarial por ela realizada, observadas as seguintes diretrizes:
14.1 - O Município de Pederneiras não responderá, em hipótese nenhuma, por eventual inadimplência da contratada com fornecedores por ela contratados. Caso tal situação de inadimplência ocorra, a contratada pode ser penalizada com advertência ou multa por infração à cláusula contratual.
14.2 - O Município de Pederneiras não responderá, em hipótese nenhuma, por despesas decorrentes de eventuais ações trabalhistas ajuizadas durante ou posteriormente a conclusão dos serviços, podendo a contratada ser penalizada com advertência ou multa por infração à cláusula contratual caso o Município seja acionado judicialmente para a cobrança dessas verbas.

DA ASSINATURA

Cláusula décima quinta. As partes reconhecem expressamente a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento, de seus anexos formados em meio digital, e concordam em utilizar e reconhecem como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos, desde que emitidos pela ICP-Brasil nos termos do art. 10, parágrafo segundo da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o Fórum desta Comarca de Pederneiras/SP, para dirimir divergências ou causas oriundas do presente contrato. A parte que transgredir o presente contrato, deixando de cumpri-lo, responderá perante a outra por perdas e danos que forem apurados em liquidação. Se houver Procedimento Judicial, a parte faltosa, ainda responderá pelo pagamento de custas e honorários do advogado contratado pela parte fiel.

E por estarem de pleno acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, digitado em 03 (três) vias de igual teor, assinam-o, junto com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram para que surta seus devidos efeitos jurídicos.

Pederneiras/SP, 18 de setembro de 2026.

CARLOS FELIPE FRANCISQUINI CANALES
Galhardo & Canales Ltda EPP

JONILCE PRANAS
Prefeito (em exercício)

IULA MARIA BERTOLINI
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

SAMANTHA SEABRA
CPF nº 363.688.058-62

CENDY BIAZUZO RAMOS
CPF Nº 337.528.118-89

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 3536703.415.00018354/2026-36 - Contrato nº 107/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto do Pedido:
O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços odontológicos para a realização de Mutirão de Próteses Dentárias, compreendendo a execução de todas as etapas necessárias à reabilitação oral dos pacientes, incluindo avaliação clínica, moldagem, confecção, provas, ajustes, instalação e entrega de próteses totais (dentaduras), mediante prestação de serviços por pessoa jurídica (CNPJ). Os serviços serão destinados ao atendimento de pacientes do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, conforme programação estabelecida pela Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação será custeada com recursos provenientes da Emenda Impositiva nº 001/2025 de autoria do Vereador Adriano Camargo Alves, destinada à Secretaria Municipal de Saúde, para ampliação da oferta de reabilitação oral aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.1.1. Especificação do Objeto:
PRÓTESE DENTÁRIA TOTAL (DENTADURA) Para arcada superior e/ou inferior. Confecção de prótese total (dentadura) em resina acrílica termopolimerizável, com dentes artificiais em resina acrílica, incluindo moldagem anatômica e funcional, moldeira individual, plano de cera, registro maxilomandibular, montagem, prova, acrilização, instalação e ajustes, conforme este Termo de Referência.

1.2. Prazo de vigência:
A vigência contratual será de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, incluindo o prazo para execução do mutirão, recebimento dos serviços, pagamento e encerramento da contratação. A execução dos atendimentos deverá ocorrer em até 01 (um) mês, conforme cronograma definido pela Coordenação de Saúde Bucal, permanecendo o prazo remanescente destinado à conclusão dos procedimentos, fiscalização, eventuais ajustes e processamento dos pagamentos.

1.3. Possibilidade de Prorrogação de Prazo:
Os prazos poderão ser prorrogados apenas no caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato. Não se prorrogará o prazo de vigência em razão de eventos inseridos nos riscos habituais da atividade empresarial (álea empresarial ou ordinária) ou em caso de culpa da Contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Necessidade da contratação:
A presente contratação fundamenta-se no planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a necessidade de redução da demanda reprimida por próteses dentárias no Município de Pederneiras.
O atendimento por meio de mutirão constitui medida temporária e excepcional destinada à ampliação da capacidade assistencial da rede pública municipal, proporcionando maior resolutividade dos atendimentos especializados em saúde bucal e garantindo acesso à reabilitação oral da população.
O CEO possui demanda de pacientes aguardando tratamento reabilitador por meio de próteses totais, situação que impacta diretamente a qualidade de vida da população usuária do SUS.
A ausência da reabilitação oral compromete funções essenciais como mastigação, fala e deglutição, além de ocasionar prejuízos estéticos, psicológicos e sociais, reduzindo significativamente a qualidade de vida dos pacientes. A realização do mutirão permitirá ampliar temporariamente a capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, reduzindo o tempo de espera e proporcionando tratamento especializado aos pacientes previamente triados pela Coordenação de Saúde Bucal. Além de garantir eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos provenientes da Emenda Impositiva nº 001/2025.
A execução dos serviços por empresa especializada possibilita maior agilidade na realização dos procedimentos, assegurando qualidade técnica, eficiência operacional e cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, através do projeto.
A contratação mostra-se, portanto, necessária para garantir o atendimento, ampliar o acesso aos serviços especializados em saúde bucal e promover melhoria das condições de saúde da população.

2.2. Adequação:
A contratação está plenamente alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e às políticas públicas de assistência odontológica, contribuindo para:

- Ampliação do acesso aos serviços especializados;
- Redução da demanda reprimida;
- Melhoria da qualidade de vida da população;
- Fortalecimento da Política Nacional de Saúde Bucal.

Além disso atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

2.3. Proporcionalidade
A solução proposta mostra-se proporcional à necessidade identificada. A contratação temporária possibilita atender rapidamente a demanda reprimida sem necessidade de ampliação permanente do quadro de servidores, representando alternativa economicamente vantajosa para atendimento da finalidade pública. O quantitativo de 150 próteses foi definido considerando os recursos financeiros disponíveis na Emenda Impositiva e o valor médio estimado por procedimento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
A solução consiste na contratação de empresa especializada em próteses dentárias para realização de mutirão destinado à execução de 150 próteses totais (dentaduras), contemplando o fornecimento de toda mão de obra, materiais de consumo, equipamentos, instrumentais, insumos laboratoriais e demais recursos para a perfeita execução de todas as etapas necessárias para conclusão do tratamento reabilitador dos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.
A solução deverá compreender, no mínimo:

- Avaliação clínica dos pacientes encaminhados;
- Moldagens anatômicas e funcionais;
- Confecção das moldeiras individuais, quando necessárias;
- Registros de cera;
- Montagem dos dentes;
- Prova estética e funcional;
- Ajustes clínicos;
- Confecção laboratorial das próteses;
- Instalação definitiva;
- Ajustes pós-instalação, quando necessários;
- Entrega das próteses devidamente finalizadas.

Os atendimentos clínicos serão realizados nas dependências do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Pederneiras/SP, enquanto a fase laboratorial será executada nas instalações da empresa contratada

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:
Requisitos Técnicos, legais e de qualidade

- Comprovante de Registro no CRO ou CFO da **empresa** licitante, acompanhado de Certidão de Regularidade Financeira, Declaração de Habilitação Legal e Declaração de Status de Inscrição.
- Comprovante de Registro no CRO ou CFO do **protético responsável pela empresa** em Prótese Dentária, acompanhado de Certidão de Regularidade Financeira, Declaração de Status de Inscrição e Declaração de Habilitação Legal com Especialidade em Prótese registrada.
- Comprovante de Registro no CRO ou CFO do **dentista protesista responsável pela empresa**, acompanhado de Certidão de Regularidade Financeira, Declaração de Habilitação Legal e Declaração de Status de Inscrição.
- Comprovante de Registro no CRO ou CFO do **dentista responsável pela empresa**, acompanhado de Certidão de Regularidade Financeira, Declaração de Habilitação Legal e Declaração de Status de Inscrição.
- Declaração de Responsabilidade Técnica do **dentista, do dentista protesista e do protético especialista**, responsáveis pela empresa, bem como comprovação de vínculo com a mesma.
- Apresentação de comprovação de título de especialista em prótese dentária por parte do **técnico protético responsável pelo laboratório**, inclusive com apresentação do CRO deste, onde conste a especialização com no mínimo 400 horas.

- Apresentação de comprovação de título de especialista em prótese dentária por parte do **dentista protesista responsável pelo laboratório**, inclusive com apresentação do CRO deste, onde conste a especialização com no mínimo 800 horas.
- Apresentação de Ficha de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, comprovando possuir em seu quadro de profissionais, pessoal que preencha os requisitos técnicos e se responsabilizem tecnicamente pela execução dos serviços, exigindo-se que possua em seu quadro, inclusive com carga ambulatorial SUS, os seguintes profissionais:
- Cirurgião Dentista Protesista
- Cirurgião Dentista
- Técnico Protético
- Programa de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho – (PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).
- Plano de gerenciamento de resíduos, assinado por engenheiro responsável, a ser apresentado no momento da realização da licitação, acompanhado de Certificado de Coleta atualizado.
- Apresentação de Alvará de Funcionamento Integrado ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, comprovando que a empresa está regularmente autorizada a exercer, no local informado, atividades compatíveis com o objeto da licitação.
- Executar todos os procedimentos em conformidade com os protocolos clínicos, normas sanitárias e legislação vigente;
- Fornecer todos os materiais, equipamentos, instrumentais, mão de obra e insumos necessários à execução integral do objeto, exceto aqueles expressamente fornecidos pela Administração Municipal.
- Possuir CNPJ ativo.
- Regularidade fiscal federal, estadual e municipal.
- Regularidade trabalhista e perante o FGTS.
- Adaptação funcional adequada;
- Estabilidade e retenção satisfatórias;
- Acabamento e polimento compatíveis com as normas técnicas;
- Materiais de qualidade comprovada;
- Conforto e segurança ao paciente.

A contratada deverá realizar os ajustes necessários sempre que identificadas inconformidades decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Administração..

4.1. Garantia:

A empresa contratada deverá garantir a qualidade das próteses confeccionadas pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da entrega definitiva ao paciente. Durante este período, deverá realizar, sem qualquer ônus para a Administração, os ajustes, correções, reembasamentos ou substituições decorrentes de defeitos de fabricação ou inadequação técnica da prótese. Não se incluem na garantia: danos decorrentes de uso inadequado, acidentes ou alterações fisiológicas do paciente não relacionadas à qualidade do serviço executado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços será realizada por empresa especializada em confecção de próteses dentárias, mediante prestação de serviços por pessoa jurídica, conforme programação elaborada pela Coordenação de Saúde Bucal e junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Os pacientes serão previamente agendados pelo CEO, sendo encaminhados para atendimento conforme cronograma do mutirão.

São obrigações da contratada:

- Executar integralmente os serviços objeto da contratação, observando todas as etapas necessárias à reabilitação oral dos pacientes, desde a avaliação clínica até a entrega definitiva das próteses.
- Disponibilizar Cirurgião-Dentista devidamente inscrito e com situação regular junto ao CRO, que será o responsável pela avaliação clínica, planejamento, moldagens, provas, ajustes, instalação e acompanhamento dos pacientes durante todo o tratamento, bem como auxiliar em saúde bucal (ASB) ou equipe de apoio necessária à execução dos serviços, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- Disponibilizar, Técnico em Prótese Dentária regularmente inscrito no Conselho Regional de Odontologia, responsável pela confecção laboratorial das próteses.

- Executar os serviços exclusivamente por profissionais legalmente habilitados, responsabilizando-se por todos os atos praticados por sua equipe.
- Fornecer toda a mão de obra necessária à execução do objeto.
- Fornecer todos os materiais, instrumentais, equipamentos, insumos laboratoriais e demais recursos necessários à execução dos serviços, exceto aqueles expressamente disponibilizados pela Administração.
- Cumprir rigorosamente o cronograma e executar o mutirão no prazo máximo de 01 (um) mês, podendo ser a jornada de 03 (três) horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 17h00 às 20h00, e/ou aos sábados, das 07h00 às 12h00, podendo haver adequações mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde, desde que mantida a carga horária prevista. Eventuais atrasos somente serão aceitos quando devidamente justificados, formalmente comunicados e previamente autorizados pela Administração.
- Observar rigorosamente os protocolos clínicos, normas sanitárias, normas de biossegurança, normas do Conselho Federal de Odontologia (CFO), do Conselho Regional de Odontologia (CRO) e demais legislações aplicáveis aos serviços odontológicos.
- Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e qualificação técnica exigidas na contratação.
- Refazer, corrigir ou substituir, às suas expensas e sem ônus para a Administração, qualquer serviço ou prótese que apresente defeitos de confecção, inadequação funcional ou desconformidade com as especificações técnicas.
- Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração, aos pacientes ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução dos serviços.
- Apresentar relatório de produção contendo a identificação dos pacientes atendidos, procedimentos realizados e próteses concluídas, para fins de fiscalização e pagamento.

Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- Disponibilizar consultório odontológico adequado para a realização dos atendimentos clínicos.
- Disponibilizar os equipamentos odontológicos fixos existentes na unidade de atendimento.
- Disponibilizar recepção e acolhimento dos pacientes.
- Realizar o agendamento dos pacientes.
- Disponibilizar os prontuários e demais documentos necessários ao atendimento.
- Fornecer o material de alginato destinado às moldagens.
- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio do gestor e do fiscal do contrato.
- Conferir e atestar os relatórios de produção apresentados pela contratada.
- *Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, após o atesto da regular execução dos serviços.*

5.1. Local de execução:

Os atendimentos serão realizados nas dependências do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Pederneiras/SP, em consultórios disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.
Endereço: Rua Claudinei Fernando Ortolani, nº 455
Bairro: Parque Industrial Fuad Razuk – Norte
CEP: 17.284-612
Município: Pederneiras/SP

A fase laboratorial referente à confecção das próteses será executada nas dependências da empresa contratada, utilizando estrutura própria e adequada ao desenvolvimento das atividades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por Iula Maria Bertolini, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na proposta da Contratada. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, ai incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste Termo de Referência e da proposta da Contratada. Aplicam-se, no

que couber, o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 5.762/2025. Nos termos do Decreto nº 5.609/2025, que institui o sistema Sei/Cidades no Município de Pederneiras, os requerimentos e outras comunicações formuladas por fornecedores devem ser apresentadas através de processo geral, através do peticionamento eletrônico do sistema mencionado. O cadastro no sistema pode ser realizado através do link https://cidades.sei.sp.gov.br/validar_cadastro/acesso?cidade=pederneiras.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da emissão das notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização do Contratante. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues à Prefeitura Municipal no último dia útil do mês referente aos serviços prestados, para que o pagamento ocorra na data acima aprazada.

Do valor acima serão efetuadas as retenções de ISS, INSS e IR, na forma da legislação vigente.

Quando da realização do primeiro pagamento, a Contratada deverá apresentar, **caso seja necessário**, cópias dos registros em CTPS de todo o pessoal contratado.

Por ocasião da apresentação das notas fiscais/faturas ao Contratante, a Contratada deverá juntar, **caso seja necessário**, cópias das provas de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como a Folha de Pagamento com os comprovantes de crédito em favor de todo o pessoal alocado nos serviços.

Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão ser observadas as regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 5.328/2023, inclusive quanto ao correto destaque do valor do imposto de renda a ser retido. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.

Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CARLOS FELIPE FRANCISQUINI CANALES
Galhardo & Canales Ltda EPP

JONILCE PRANAS
Prefeito (em exercício)

IULA MARIA BERTOLINI
Fiscal do Contrato

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Pederneiras
CONTRATADA: Galhardo & Canales Ltda EPP

CONTRATO Nº 107/2026
OBJETO: Prestação de serviços odontológicos para a realização de Mutirão de Próteses Dentárias, compreendendo a execução de todas as etapas necessárias à reabilitação oral dos pacientes, incluindo avaliação clínica, moldagem, confecção, provas, ajustes, instalação e entrega de 150 próteses totais (dentaduras).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento desua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias dasmanifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resoluçãonº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme"Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pederneiras/SP, 18 de setembro de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA POR PARTE DO CONTRATANTE:
Nome: Jonilce Pranas
Cargo: Prefeito (em exercício)
CPF: 6xxxxxxxxxx4
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATADA:
Nome: Carlos Felipe Francisquini Canales
Cargo: Sócio-Administrador
CPF: 3xxxxxxxxxx2
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:
Nome: Iula Maria Bertolini
Cargo: Odontóloga
CPF: 1xxxxxxxxxx6
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO LICITATÓRIO:
Nome: Cendy Biazuzo Ramos
Cargo: Secretário Municipal de Compras e Licitações
CPF: 3xxxxxxxxxx9